tónio de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Tomaz — Augusto Cancela de Abreu — José Caetano da Mata — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.

**Direcções Gerais da Fazenda Pública
e da Contabilidade Pública**

Decreto-lei n.º 34:927

Considerando que Maria José de Sousa Brandão Vieira (Guimarães) se propõe ceder o usufruto da propriedade legada ao Estado pelo seu falecido marido, José Vieira da Silva Guimarães, para instalação de uma escola prática de olivicultura e oleicultura, a tróco da pensão mensal de 1.300\$, isenta de encargos, e que esta operação é vantajosa em virtude dos rendimentos da propriedade, além de abreviar a realização do fim em vista pelo instituidor do legado, de elevado interesse público;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção Geral da Fazenda Pública a aceitar, para o Estado, a cessão do usufruto do prédio rústico ou urbano conhecido por Quinta dos Marmelais, sito na freguesia de Santa Maria dos Olivais, concelho de Tomar, inscrito na matriz predial sob o n.º 1:602, rústico, e 1:482, urbano, que lhe foi legado por José Vieira da Silva Guimarães.

Art. 2.º A cessionária receberá a pensão vitalícia mensal de 1.300\$, a pagar pela competente verba do orçamento do Ministério das Finanças.

§ único. A pensão atribuída no corpo deste artigo fica isenta de quaisquer encargos fiscaes.

Art. 3.º As anuidades vincendas do imposto sobre sucessões e doações liquidado pelo usufruto objecto desta cessão caducam, averbando-se de conformidade o livro modelo n.º 5-A, a fim de não serem extraídos mais conhecimentos.

Publique-se e cumpra-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Setembro de 1945. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Tomaz — Augusto Cancela de Abreu — José Caetano da Mata — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.

Direcção Geral das Alfândegas

Decreto-lei n.º 34:928

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Ao abrigo do preceituado no artigo 4.º do decreto-lei n.º 31:665, de 22 de Novembro de 1941, e no artigo 3.º da Reforma Aduaneira, aprovada pelo mesmo decreto-lei, são suprimidos os parágrafos do artigo 269.º e passam a ter nova redacção as disposições a seguir mencionadas da aludida Reforma:

Artigo 201.º

7.º Certificado do registo criminal;

Artigo 250.º Os concursos serão abertos logo que se dê alguma vaga e serão válidos por três anos, a contar da data da publicação no *Diário do Governo* da lista dos concorrentes aprovados, devendo o preenchimento das vagas fazer-se pela ordem das classificações dos concorrentes.

Artigo 262.º É applicável a estes concursos o preceituado no § 3.º do artigo 240.º, regulando-se a sua validade e abertura de harmonia com o disposto no artigo 250.º

Artigo 269.º O serviço do pessoal menor na Direcção Geral, incluído os serviços centrais a ela anexos, e nos tribunais técnicos, será prestado por empregados do quadro do tráfego da Alfândega de Lisboa, em número de vinte.

Art. 270.º Nas alfândegas o serviço do pessoal menor será prestado por empregados do respectivo quadro do tráfego, no número que for julgado suficiente.

§ único. Sem embargo do disposto na parte final do corpo deste artigo, a cada auditoria fiscal no continente serão distribuídos quatro empregados.

Art. 271.º A escolha de empregados dos quadros do tráfego para serviços do pessoal menor será feita, a título precário, pelo director geral ou pelos directores das alfândegas, segundo os casos.

Artigo 362.º

§ único. Nas alfândegas açoreanas os fiéis de armazém desempenharão, além das funções designadas neste artigo, as que competem aos chefes do tráfego.

Art. 363.º

§ único. Aos fiéis de balança de 2.ª classe compete também executar os serviços designados no artigo 365.º e seus parágrafos.

Artigo 391.º Nas suas faltas ou impedimentos serão os chefes do tráfego das alfândegas continentais substituídos pelos seus ajudantes e o da Alfândega do Funchal pelo respectivo fiel de armazém.

Artigo 393.º Os fiéis de balança, nas suas faltas ou impedimentos, serão substituídos, nas delegações extra-urbanas e nos postos de despacho, por assalariados do tráfego ou pessoal do serviço fluvial e marítimo e, nas sedes das alfândegas, excepcionalmente, quando necessidades urgentes do serviço o exijam, por assalariados do tráfego com aprovação em concurso para fiéis de balança.

§ único. As substituições previstas na parte final deste artigo serão feitas por designação do director da alfândega e ficam sujeitas a prévia autorização do director geral.

Artigo 511.º Não serão preenchidos nos quadros do serviço fluvial e marítimo os lugares de maquinista que vagarem na Alfândega de Lisboa, a primeira vaga de motorista na Alfândega de Angra do Heroísmo e, quando vagarem, os lugares de fogueiro nas Alfândegas de Lisboa e do Funchal, bem como todos os lugares de remador de serven-